

**PROMOÇÃO DA SAÚDE E ESCOLA:  
UMA ANÁLISE DOS DETERMINANTES  
NOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS  
NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARINGÁ-PR**

**HEALTH PROMOTION AND SCHOOL:  
AN ANALYSIS OF DETERMINANTS  
IN POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECTS  
IN MUNICIPAL SCHOOLS OF MARINGÁ-PR**



Vol.10 Número Especial

jan./jun.2015

p. 393 - 404

**Isabela Quaglia<sup>1</sup>**

**Ana Paula Machado Velho<sup>2</sup>**

**RESUMO:** Este artigo apresenta parte dos resultados de uma dissertação e descreve os resultados da análise de conteúdo de 13 Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais de Maringá-PR, no que diz respeito ao tema saúde na escola. A pesquisa foi realizada em março de 2013, sobre os documentos de 2012, cedidos pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) da cidade. Procurou-se analisar as palavras do universo lexical da saúde nos Tópicos Norteadores dos documentos. Foram focadas para análise nos Tópicos 5 (cinco) categorias: saúde, higiene, esporte, alimentação e meio ambiente. Entre os resultados, destaca-se a falta de estratégias concretas para propor ou promover a saúde nas escolas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Promoção da Saúde. Escola. Tópicos Norteadores. Projeto Político-Pedagógico. Maringá - PR.

**ABSTRACT:** This article presents some results of a dissertation and describes the results of content analysis of 13 Political-Pedagogical Projects of the municipal schools of Maringá-PR, regarding to the health issue in school. The research was conducted in March 2013, about 2012 documents, provided by the City Department of Education (SEDUC). The research analyzed the words in the lexical universe of health in the Guiding Topics of the documents. Five (5) categories on Topics were focused to analysis: health, hygiene, sports, food and environment. Among the results, stands out the lack of concrete strategies to propose or promote health in schools.

**KEYWORDS:** Health Promotion. School. Guiding Topic. Political-Pedagogical Project, Maringá - PR.

<sup>1</sup> Mestre em Promoção da Saúde pela UniCesumar - Centro Universitário Cesumar. isaquaglia@hotmail.com

<sup>2</sup> Pós-doutoranda junto ao Laboratório de Arte e Tecnologia (LArt), da Universidade de Brasília (UnB). anapaula.mac@gmail.com

## Introdução

Abordar o tema Saúde na escola é apresentar informações que auxiliarão os alunos para o seu desenvolvimento integral. A escola, sendo um espaço de socialização do conhecimento, deve instigar discussões destinadas também à promoção da saúde. Esta é definida conforme proposto pela Primeira Conferência Internacional de Promoção da Saúde, realizada em Ottawa, em 1986, como o “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida, incluindo uma maior participação nesse processo” (BRASIL, 2002, p. 19). Nessa abordagem, a escola é entendida como o ambiente no qual essa capacitação pode ser estruturada para a constituição de cidadãos saudáveis.

Segundo Valadão (2004),

(...) promoção da saúde na escola corresponde a uma visão e a um conjunto de estratégias que têm como objetivo produzir repercussões positivas sobre a qualidade de vida valorizando na prática os determinantes da saúde para os membros da comunidade escolar (VALADÃO, 2004, p.4).

Isto quer dizer: a escola deve vincular informações em saúde como uma prática representativa para que o sujeito se construa saudavelmente e exerça sua cidadania. De fato, a temática promoção da saúde na escola faz sentido na sociedade contemporânea, uma vez que existem problemas nesta área exigindo ações setoriais que abranjam a educação e a saúde. Causas apresentadas em estudos, como altos índices de obesidade na infância e adolescência, sedentarismo, faltam de atenção básica na higiene, estímulo pela mídia da prática de alimentação inadequada, desrespeito ao meio ambiente, entre outros fatores que interferem na prática de uma vida saudável, justificam a importância de propor discussões e ações nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) nas escolas, uma vez que “informação e reflexão são ingredientes importantes para cuidar da própria saúde e também ajudar as pessoas a sua volta” (BRASIL, 2007, p. 6). Neste sentido, a não alfabetização em saúde leva também a erros no uso de medicações, a não procura de ajuda médica quando necessário e à dificuldade em assumir práticas saudáveis. Ações nessa área demandam novas estratégias de reorganização do sistema de saúde, novos investimentos financeiros e, também comunicação educativa, como o documento norteador da escola, todos visando mudanças de estilos de vida (VELHO, 2012).

Porém, a indagação que este artigo se propõe discutir é: quantos indivíduos em fase de escolarização têm seu direito assegurado de constituir-se como sujeito e atuar na sociedade como cidadão crítico e reflexivo? As unidades educacionais da cidade de Maringá - PR estão estruturadas para tal, por meio dos seus Projetos Político-Pedagógicos? A defesa da saúde prega a importância de se instrumentalizar o indivíduo com informações, para que ele possa ser mais atuante na própria vida. Configura-se aí e legitima-se no Brasil, e em boa parte do mundo, a doutrina dos cuidados primários ou de Atenção Primária da Saúde (APS), que cresceu como resposta aos interesses políticos e pragmáticos de prevenção da doença (VELHO, 2012).

Essa nova filosofia se fortalece no Brasil no período da década de 80, quando os movimentos sociais renascem com muita força, na tentativa de minimizar o custo social do período militar no país. O próprio Estado age em favor de mudanças na área social, que são ratificadas com a promulgação de uma nova Constituição, em 1988. Esta nova Carta Magna contém o desenho do Sistema Único de Saúde que, em sua essência, visa implementar um novo modelo de política de saúde pública, no qual a disseminação de informação é fundamental (VELHO, 2012).

Nesse sentido, o projeto norteador da ação pedagógica na escola constitui-se como um documento político para garantir o compromisso da formação para a cidadania. Segundo Maia e Costa (2011, p. 18), “o político na educação está a serviço do pedagógico,

que por sua vez, volta-se à formação em sua totalidade”. Tendo em vista a ampliação de informações que a escola pode possibilitar aos adolescentes, à família e à comunidade escolar, ela deve agregar conhecimentos favoráveis à promoção da saúde, visando discussões que determinam ambientes saudáveis que possam extrapolar os muros da escola. Para isso, os princípios norteadores das ações pedagógicas podem contribuir quando estimulam a escola a conhecer o seu entorno e, conseqüentemente, suas vulnerabilidades. Como afirmam Machado, Leandro e Michaliszyn (2006, p. 119), “somos sujeitos, produtos e produtores do meio ao qual pertencemos. Somos por ele construídos, mas também o construímos, já que este, assim como nós, encontra-se em constante transformação”. Desta forma, ações em promoção da saúde descritas nos PPP podem resultar em um processo educativo amplo.

### **Necessidade de planejamento**

Com o objetivo de conhecer o trabalho das escolas na promoção da saúde, por meio da análise dos seus PPP, levantou-se como estratégia de pesquisa a seguinte hipótese: a escola não está contribuindo para que o cidadão goze de um de seus direitos fundamentais, o de ser educado para ter saúde. Acredita-se, portanto, que as unidades escolares não estejam lidando com este tema de maneira adequada, posto não apresentarem tais preocupações desde o processo obrigatório de planejamento das unidades escolares. Sua falta de interesse nessa área se reflete nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP), que não identificam ações efetivas para as modificações concretas de problemas relacionados à saúde como: higiene, esporte, alimentação, meio ambiente, entre outros. A falta de comprometimento na elaboração do documento norteador da prática pedagógica implica o não envolvimento na execução das ações necessárias ao desenvolvimento integral do aluno. O educador é fundamental na construção desse instrumento, desse planejamento. O educador, como articulador do processo de ensino-aprendizagem para a concretização das ações importantes, deve conhecer a realidade onde irá trabalhar (escola, alunos e comunidade), além do conhecimento prévio que deverá ter (VASCONCELLOS, 2005).

Veiga (2004, p. 33) lembra que “a construção do projeto político-pedagógico requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório”, ou seja, a escola precisa ter clareza de que tipo de aluno ela quer formar e qual será o caminho para a efetivação das suas expectativas.

### **Transcurso da pesquisa**

Nessa perspectiva, este artigo tem o objetivo de traçar um panorama de como as informações do contexto promoção da saúde aparecem nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais de Maringá-PR. Defende-se que ações que podem posicionar as escolas como promotoras da saúde e da cidadania devem começar a ser planejadas nos Projetos. Será que o tema saúde consta nos Projetos Político-Pedagógicos das instituições analisadas? Será que a construção de uma escola promotora da saúde está mesmo entre as preocupações das equipes que elaboram esses Projetos? Para responder a estas questões, realizou-se a análise de conteúdo nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais de Maringá. Na realização da investigação, definiu-se uma amostra, entre as 49 escolas municipais de Maringá que ofertam ensino fundamental de 1ª ao 5ª ano. As escolas pesquisadas foram selecionadas por meio de amostra de cotas. Essa definição, conforme Gil (1999).

Considerando a amostra de cotas e cumprindo os critérios de inclusão, o estudo

incluiu as escolas que apresentavam o maior número de alunos matriculados por região da cidade: norte, sul, leste e oeste. Foram definidas, então, 13 escolas municipais. A Secretaria repassou os Projetos Político-Pedagógicos das escolas para que fosse feita a análise. Destaca-se que documentos oficiais como os PPP constituem-se numa fonte fidedigna de dados, visto que representam oficialmente as escolas, junto à Secretaria de Educação. Coube à pesquisadora selecionar o que havia de seu interesse e, apesar de não exercer controle sobre a forma como os documentos foram criados, o material foi interpretado e comparado de modo a poder traçar e apresentar a ação das instituições.

Diante de um documento norteador, que não propõe modelos estruturais para a elaboração do PPP, procurou-se perceber algum padrão organizativo nos Projetos escolhidos para a análise aqui proposta. Procedimento importante para que se pudessem sistematizar as observações sobre como o tema saúde se apresenta nas instituições. Porém, e aí surge o segundo problema, não há modelo, padrão e, muito menos, capítulos ou subtítulos que especifiquem as ações de promoção da saúde nos projetos que chegaram às mãos da pesquisadora. Desta forma, a saída da pesquisadora foi apoiar-se na ação realizada pela Secretaria de Educação (SEDUC) que, no ano de 2012, a pedido do Núcleo Regional de Educação (NRE), solicitou que todas as escolas da Rede Municipal de Ensino de Maringá-PR, reelaborassem o seu Projeto Político-Pedagógico. A orientação para a reelaboração dos Projetos foi realizada pelo documento “Orientações para reunião pedagógica nas escolas municipais”, produzido pela Secretaria de Educação, Diretoria de Ensino e Gerência de Ensino de Maringá. Este documento instituiu o “Roteiro para (Re) Elaboração do Projeto Político-Pedagógico”, que norteou a elaboração dos PPP a partir de uma estrutura proposta pelos técnicos da SEDUC e se dividia em diferentes Tópicos Norteadores propostos para a análise, sendo eles: Organização da Entidade Escolar; Característica da Comunidade Escolar; Princípios Norteadores da Educação; Proposta Curricular que Norteia a Ação do Estabelecimento; Complementação Curricular; Avaliação Institucional e; Plano de Ação da Escola.

Nesse sentido, foi realizada uma exploração nos 13 (treze) Projetos Político-Pedagógicos, procurando identificar os determinantes de saúde pontuados como práticas ou construção de possibilidades em promoção da saúde, realizadas no espaço escolar a partir destes Tópicos. Foram formuladas hipóteses de quais eram as questões discutidas sobre saúde e seus determinantes nas escolas. Após uma leitura exaustiva do objeto de estudo, houve a necessidade de propor uma delimitação do tema com abordagem quantitativa, por meio da qual foram determinadas Categorias de busca, para proporcionar uma melhor interpretação do que a escola indicava trabalhar acerca do tema saúde no processo educativo. As Categorias de busca deram suporte ao delineamento da exploração do documento. Bardin (2011, p.147) determina categorias como “rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos”. As Categorias definidas após a exploração da análise nos Tópicos Norteadores para este artigo foram: **saúde, alimentação, esporte, higiene e meio ambiente**. A detecção foi realizada utilizando o recurso de busca por palavra por meio do software *Word*, do pacote *Microsoft Office*.

Analisar essas categorias, retiradas dos Tópicos Norteadores dos Projetos Político-Pedagógico é ter a possibilidade de ver a escola como uma instituição que luta em prol da saúde como um espaço privilegiado de intervenções para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida com maior qualidade. Diagnosticar os problemas que acontecem nesta área é apontar a falta desses determinantes nos Projetos Político-Pedagógicos. Ao mesmo tempo, significa a possibilidade de propor ações para a redução da vulnerabilidade da comunidade em que escola está inserida visando de forma ampla à construção da cidadania.

Com essa perspectiva, esta pesquisa não se afasta das propostas da Carta de Ottawa (1986), que define alguns requisitos fundamentais para a condição de saúde como: paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade.

### **O perfil dos projetos político-pedagógicos**

A Secretaria de Educação de Maringá - PR atendeu, no ano de 2012, dez mil educandos, em 57 Centros Municipais de Educação Infantil; e 17 mil educandos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em 49 Escolas Municipais. Isso significa que esse é um cenário de possível convivência de crianças e adolescentes de riscos ou vulneráveis, desprovidos de informações referentes à promoção da saúde. Os resultados da análise de conteúdo mostraram que, quando se contextualiza alguns dos determinantes de saúde nos PPP das 13 escolas estudadas, não se foca, especificamente, a promoção. Os debates apresentados nos projetos não propõem e nem discutem indicadores reais da necessidade do escolar e da comunidade, conforme apresentado na análise dos Tópicos Norteadores.

O Tópico Norteador **Organização da Entidade Escolar** está relacionado com a oferta de ensino da instituição. Apresenta a estrutura do grupo de trabalho e revela, também, o histórico do estabelecimento, especificando Decretos e Resoluções de seu funcionamento. Inclui a descrição de ações e/ou atividades relativas ao **esporte** e à **alimentação**. Não se pode esquecer que se registra, neste artigo, como categorias os indicadores ou termos: **Saúde, Alimentação, Meio Ambiente, Higiene e Esporte**.

Neste tópico encontram-se muitas referências ao **esporte**, em uma percentagem 47,72%. Um índice bastante grande de observações, ou de propostas, para ações relativas ao “esporte”. Observou-se, no entanto, que essa categoria, quando disposta nos PPP analisados, dá maior ênfase à descrição da construção ou da ampliação das quadras de esporte das instituições. Analisando os demais Projetos Político-Pedagógicos, pode-se perceber que eles apontam os Programas Mais Educação e Escola Aberta, como importantes para os alunos porque, segundo as escolas E.M.N.1 (2012) e E.M.O.2 (2012), eles “propõem a formação integral, capaz de desconstruir o muro simbólico entre a escola e a comunidade e entre a educação, cultura, esporte e lazer” (E.M.N.1, 2012, p. 11; E.M.O.2, 2012, p. 14). Outra categoria em destaque foi **alimentação**, contemplado com 9,09% das referências. A escola E.M.N.1 (2012, p. 7) informa que realiza atendimento educacional especializado e descreve a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Essa resolução recomenda que sejam providenciados, para a instituição, outros profissionais, inclusive aqueles que possam auxiliar, principalmente, nas atividades de alimentação. A pouca representatividade das categorias neste tópico, que tem como função também de apresentar o Histórico do Estabelecimento, reside em não descrever como a educação foi pensada e como ela está sendo discutida. Importante registrar essa situação porque uma justificativa para a criação de uma instituição em um determinado bairro, direta ou indiretamente é que ela deveria contribuir para aquela comunidade de modo mais significativo.

Outro Tópico Norteador **Caracterização da Comunidade Escolar** teve a categoria **saúde** como a única representante entre todas as demais indicadas como passíveis de encaminhamento dos alunos para a construção de uma vida sadia. Esse tópico apresenta o corpo docente e discente da escola, descreve a comunidade escolar, as famílias dos educandos e o perfil dos alunos que frequentam o estabelecimento, indicando a prática pedagógica, seus problemas e índices de formação, após estudos, ou levantamentos, em seu entorno. Nesse tópico, a categoria saúde se fez presente em 13,72% nos PPP. A escola

E.M.O.1 (2012, p. 28) aponta neste tópico que há outro fator importante interferindo na aprendizagem e no trabalho desenvolvido pela instituição. Segundo a pesquisa socioeconômica realizada por este estabelecimento, existe “um número considerável de mães que trabalham fora e contribuem com a renda da família”. A escola assinala, assim, que essa realidade também contribuiu para o baixo rendimento escolar de vários alunos, que ficam sem o devido acompanhamento dos pais no “processo de ensino aprendizagem”. Problemas que se apresentam na falta de compromisso dos pais quanto à frequência escolar e quanto à saúde dos filhos, uma vez que crescem as dificuldades ligadas “à hiperatividade, ao déficit de atenção, à indisciplina, à falta de motivação entre outros”. A mesma escola considera que essas dificuldades precisam ser superadas no sentido de levar os pais a um “maior acompanhamento de seus filhos quanto às tarefas, ou rendimento dos estudantes e quanto à saúde dos mesmos, promovendo reuniões com eles para tratar desses problemas”. A escola E.M.L.4 (2012, p.21) destaca que o perfil dos alunos matriculados na instituição, de modo geral, tem bom aproveitamento e atende a expectativa Curricular do Município, porém, há particularidades que “apresentam limitações originadas pela convivência na família que sofre pela falta de estrutura, bem como por problemas psíquicos, de saúde, emocionais etc.”. Esta mesma escola pondera que, quando a família solicita aulas de reforço escolar em razão das dificuldades de aprendizagem, a escola não se abstém de atender, mas, reforça no documento que, “existem questões que não fazem parte da função da escola e sim da área da saúde, pois o responsável em garantir o bem estar do filho é a família e não a escola” (E.M.L.4, 2012, p.18). Ora, a escola serve de apoio para o processo de mudança e, por isso, a partir do momento em que conhece a realidade da sua comunidade e verifica a sua vulnerabilidade, resultante de aspectos sociais e econômicos, deve propor ações de articulação que minimize esses efeitos na formação do sujeito.

O Tópico Norteador **Princípios Norteadores da Educação** apresenta a filosofia do estabelecimento e discute a função social da escola pública, remetendo-se aos principais objetivos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Levada a discutir os princípios epistemológicos; princípios didático-pedagógicos e princípios éticos, políticos e estéticos. Nesse Tópico, são apresentadas as seguintes categorias: **higiene, saúde, alimentação, meio ambiente e esporte**. O assunto **higiene**, que entrou em pauta neste tópico norteador com representatividade de 33,33%, ou seja, 6 (seis) das 18 (dezoito) vezes em que foi apresentada focaram no resgate do atendimento às crianças que era realizado, antigamente, por instituições da área social. “Esse atendimento era realizado em creches e os sujeitos de direito na legislação eram as mães trabalhadoras, o que mantinha a maioria dos serviços como exclusivamente custodial; ou seja, um serviço para exercer os cuidados básicos de higiene, nutrição e segurança da criança” (E.M.L.4, 2012, p.60; E.M.L.2, 2012, p.71; E.M.L.1, 2012, p.65). O PPP da E.M.N.2 (2012) também discorreu sobre a relação existente entre a articulação entre o cuidar e educar. Segundo a escola, esta relação estava vinculada à “situação de pobreza, abandono e maus tratos de crianças pequenas” e, durante muito tempo, “as instituições infantis, incluindo as brasileiras, organizavam seu espaço e sua rotina diária em função de ideias de assistência, de custódia e de higiene da criança” (E.M.N.2, 2012, p.46). A escola, no entanto, não se pronuncia sobre as possibilidades de ações educativas nessa área.

Dentro desse Tópico, a Categoria **saúde** apareceu como a segunda com maior frequência (19,60%). Sob este aspecto, a escola E.M.L.4 (2012, p. 21) cita em seu PPP a Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que declara que a escola deve realizar “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”. Ainda dentro desta discussão, a escola E.M.N.2 (2012) destaca que oferecer um desenvolvimento integral ao aluno depende tanto dos cuidados relacionados à dimensão afetiva quanto aos aspectos

biológicos do corpo, “como qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos” (E.M.N.2, 2012, p. 47). Tudo isso está ligado à questão do Artigo 6º, da Resolução nº 7/2010 – CNE/CEB, bastante citado pelos Projetos analisados. Essa Resolução afirma que as instituições deverão ser norteadas por políticas educativas e ações pedagógicas, contribuindo para o desenvolvimento de um sujeito que reconheça os seus direitos e deveres, tendo equidade no acesso à educação, saúde e bens culturais. Porém, as escolas não especificam, após a denominação das Resoluções, as operações que realizam para que consigam cumprir o seu papel.

Na verdade, poucas escolas discutem de forma mais precisa e aprofundada as dificuldades e a realidade do entorno das instituições, no que diz respeito às condições da implementação das políticas educativas e de saúde. Enfocando este aspecto, a E.M.L.4 (2012, p. 36) lembra, em seu Projeto Político-Pedagógico, que se está vivendo em uma “realidade marcada por desemprego, situação de miséria, precariedade de ensino público e do serviço da saúde”. E a escola E.M.S.I (2012, p.30) acrescenta que, neste cenário, “as políticas sociais têm se caracterizado por ações fragmentadas e desconstituídas com relação à previdência social, à saúde e ao ensino, o que requer ainda mais envolvimento dos educadores na formação dos alunos da escola pública”. Isso significa que a escola reconhece que a sociedade contemporânea está desestruturada, mas não propõe ações que possam tentar dirimir as dificuldades atuais. Mesmo com o aparente desinteresse mais absoluto por tais ações, a categoria **alimentação** apareceu neste tópico norteador em discussão (18,18%). A escola E.M.S.I (2012) especifica que, para formar um cidadão crítico e atuante na sociedade, além de regras de convívio, é preciso que se discuta na escola temas pertinentes tidos como desafios contemporâneos, e que podem ser considerados como determinantes da saúde, como: “tratamento de lixo, poluição, alimentação, atividades físicas, dengue, entre outros que dizem respeito aos problemas da comunidade” (E.M.S.I, 2012, p.48). Já a escola E.M.N.2 (2012) ressalta que, para se obter um desenvolvimento integral, são necessários cuidados que envolvem a dimensão afetiva e os aspectos biológicos do corpo. Ressalta em seu PPP como é importante “a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde e a forma como esses cuidados [devem ser] oferecidos e as oportunidades de acesso a conhecimentos variados” (E.M.N.2, 2012, p.47).

Neste Tópico, a Categoria **meio ambiente** teve representatividade com um índice de 16,21%. O Projeto Político-Pedagógico da escola E.M.N.I (2012, p.18), demonstra interesse na temática sobre “adaptação do organismo a seu meio ambiente”. Já a escola E.M.N.2 (2012, p. 41) afirma que “o currículo comporta, discussões sobre conhecimento, cultura, poder, identidade, meio ambiente, sociedade e atualidade. É por meio dele que as ações ocorrem na escola”. A escola E.M.S.3 (2012, p.46) relaciona a temática aos princípios políticos, nos quais o tema é “trabalhado através de conteúdos sobre cidadania, meio ambiente, participação social em sindicato, associações, os poderes públicos e etc.”. Todas as anotações, no entanto, apenas reproduzem citações de outros documentos, sem explorar as possibilidades concretas de ação no meio ambiente com seus alunos.

Por fim, com apenas (9,09%) de frequência, a categoria **esporte** é citada no Projeto Político-Pedagógico da escola E.M.L.3 (2012, p. 21) que, apresentando o Artigo 4º, da Lei nº 8.069/90, descreve que é “dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, ao esporte, ao lazer (...)”. Novamente o PPP não revela o que fazer com tais recomendações. Analisar os dados acima é questionar qual é a real função social da escola pública. Constatamos que poucas discutem e apresentam dados que fundamentam a realidade contemporânea, que enfrenta dificuldades tanto para o desenvolvimento do processo educativo, seja ele nas dificuldades pedagógicas, quanto para a transformação de sujeitos que, conforme apontam dados, estão cada vez mais cedo

sedentários e obesos. A escola pública tem que apresentar no seu Projeto Político-Pedagógico não apenas Decretos e Resoluções, mas propor mudanças da realidade.

O Tópico Norteador **Proposta Curricular que norteia a Ação do Estabelecimento** tem a finalidade de relatar como a Proposta Curricular é organizada. Leva a discutir o direcionamento dos trabalhos realizados com as relações étnico raciais, assim como apresentar a composição do trabalho da equipe multidisciplinar. Neste Tópico, surgem as categorias: **alimentação, saúde, meio ambiente e esporte**. Observou-se que 50% das vezes em que a palavra **alimentação** aparece nas discussões dos PPP. Foi destacada neste tópico. A maior parte das ocorrências foi apresentada como foco na disciplina de ciências, que atribui “o acesso à saúde como uma questão de natureza social, que depende do acesso à alimentação, ao vestuário, à moradia e ao lazer”, e também depende de informação e reflexão sobre esses determinantes, conforme apresentado pelas escolas E.M.S.3 (2012, p.83); E.M.O.3 (2012, p. 71); E.M.O.1 (2012, p. 85) e E.M.N.3 (2012, p.60). A categoria também foi destacada na disciplina de cultura afrodescendentes, vinculada à importância de se trabalhar com os alunos a literatura africana e indígena e suas características como “trabalho forçado, aculturação, alimentação, revolta e outros” (E.M.L.2, 2012, p.122; E.M.L.3, 2012, p.115). Neste Tópico, a Categoria **saúde** apresentou 42,15%. A principal ênfase foi pontuada aos conteúdos estruturantes propostos também na disciplina de ciências, como corpo humano e saúde. A temática tem como objetivo compreender as transformações e a integração dos sistemas que compõem o corpo humano, bem como as questões relacionadas à saúde e qualidade de vida. A escola E.M.S.3 (2012, p. 83) discute que “nesse contexto, faz se necessário uma reestruturação dos conteúdos referentes ao corpo humano e saúde, para que o educador possa mediar enfatizando o conhecimento científico e estabelecer relações entre o homem e seu meio”. Outra disciplina enfatizada nos Projetos Político-Pedagógicos foi a de direitos sociais, que contempla as discussões sobre direitos como: à educação, à saúde, à vida digna, à representação de diferentes formas da participação civil, como, conselhos e associações, uma questão também de qualidade de vida, assim como o desenvolvimento de uma sociedade saudável. A disciplina educação física, que também foi enfatizada pelos Projetos, apenas apontou a necessidade da prática da atividade física na produção de saúde, destacando as atividades de alongamento e relaxamento, sem se sensibilizar diante da realidade que apresenta transformações sobre a influência da mídia em comportamentos que geram o sedentarismo. A palavra **meio ambiente** representou 48,64% da discussão neste Tópico. A maior proporção destacou a abordagem do tema na disciplina de ciências, indicando como conteúdo o binômio: o homem e o meio ambiente. O PPP da escola E.M.S.3 (2012, p.81) afirma que “o ser humano vem modificando o meio ambiente no decorrer dos tempos, interagindo com a natureza de acordo com suas necessidades sociais”. Já a escola E.M.L.3 (2012) aborda a necessidade de contemplar no PPP da escola temas que abracem a diversidade escolar em consonância com os desafios contemporâneos como: cultura, religião, meio ambiente, inclusão social. A escola E.M.L.4 (2012) propôs incentivar a participação dos alunos em projetos que envolvam a preservação do meio ambiente. E a E.M.O.1 (2012) apresentou como proposta programas como Água de Viver e o Projeto Televisando, que têm como finalidade organizar atividades referentes ao meio ambiente. A mesma escola ainda pondera que “para o ensino fundamental é importante que cada aluno ao longo dos nove anos adquira posturas ambientalmente corretas, vivam de forma harmoniosa com o meio, preservando e protegendo todos os elementos do meio ambiente” (E.M.O.1, 2012, p.118).

Na frequência de 11,36%, a palavra **esporte** apareceu em destaque na área de educação física. As escolas E.M.L.3 (2012) e E.M.L.2 (2012) pontuaram a importância desta área para a reflexão sobre a cultura corporal. Para as escolas, a perspectiva desta reflexão é



“atingir a consciência e domínio corporal através de pressupostos dos movimentos expressos na ginástica, dança, jogos e esporte, ultrapassando o ponto de vista biológico” (E.M.L.3,2012, p. 103; E.M.L.2, 2012, p. 100). Neste Tópico, que tem como função apresentar as ações intencionais da escola, pouco se relata a preocupação em promoção da saúde e a falta de incentivo em ações que buscam o desenvolvimento da qualidade de vida da comunidade escolar.

O Tópico Norteador **Complementação Curricular** propõe descrever programas de parceria e outras atividades complementares que a escola desenvolve. Este Tópico apresentou as Categorias: **meio ambiente** e **esporte**. Aliás, 35,13% das ocorrências da palavra **meio ambiente** aparecem neste Tópico. A maioria dos PPP se propõe a investir em propostas complementares, como os programas: Recicla Óleo, Projeto Meio Ambiente/Reciclagem e coletas de resíduos, Projeto Televisando o Futuro e Programa Mais Educação. Estes são apontados como estratégias de aprendizagem informal e oportunidades para incentivar a formação crítica e reflexiva do educando, bem como, são apresentados como uma maneira de prepará-los para o exercício exemplar da cidadania. Mas não se descreve como os assuntos abordados pelas instituições parceiras serão introduzidos nas disciplinas curriculares. Já a palavra **esporte** apareceu em 31,81% das ocorrências. Na maioria das vezes, também relacionada com programas e projetos de parceria com a comunidade, como: Programa Mais educação, Programa Escola Aberta e Programa – Arte, Cultura e Esporte. O PPP da escola E.M.N.3 (2012), que oferta educação integral, propôs no currículo, atividades denominadas de oficinas, que vêm articuladas a eixos temáticos como: acompanhamento pedagógico, arte, esporte e lazer. A escola E.M.O.2 (2012, p. 67) aponta essas atividades como “oficinas atrativas e prazerosas”. Já a escola E.M.O.3 (2012, p. 97) acredita que essas iniciativas de oferta de oficinas aos educandos “possam realmente abrir as portas da escola para a formação humana, para o incentivo à educação, para o trabalho, para o esporte e para o lazer”. Apresentar projetos de parceria neste tópico é de grande relevância, pois possibilita o trabalho intersetorial, em que se constituem trocas e construções de saberes, porém, a escola não pode se eximir da sua função que também é a de averiguar a real necessidade da comunidade. Desta forma, é válida a proposição de parcerias com instituições que discutem ações também em saúde.

O Tópico Norteador **Avaliação Institucional** apresenta a proposta de como a comunidade escolar está avaliando o processo educacional e administrativo da escola e deve pontuar quais os mecanismos adotados com vistas à melhoria da qualidade de ensino. Neste tópico, se apresentam as seguintes categorias: **higiene, alimentação e saúde**.

A categoria **higiene** teve representatividade de 33,33%. As escolas E.M.L.4 (2012, p.60); E.M.N.2 (2012, p.46) e E.M.O.1 (2012, p.18) explicam que “todos os aspectos que constituem e contextualizam os serviços de Educação Infantil são passíveis de serem avaliados, inclusive as condições e normas de higiene e saúde”. O que no apresenta uma enorme responsabilidade com atos de cuidados que constituem a adoção de modelos de atenção à saúde no espaço escolar.

Outro termo que foi apresentado neste tópico foi **alimentação**, que totalizou 18,18%. A escola E.M.L.2 (2012, p.18) destacou em seu Projeto o elogio dos pais na questão da qualidade da alimentação e pelo acompanhamento realizado por um profissional da área da saúde – nutricionista.

A representatividade da categoria **saúde** foi de 4,9%. A maior ênfase foi dada aos aspectos da rotina da educação infantil, como: a composição dos grupos de crianças, a participação dos envolvidos e os mecanismos previstos para tal; a organização do tempo; a adequação, organização e utilização do espaço, as interações dos professores com as crianças e seus familiares etc. (E.M.L.2, 2012, p.153; E.M.L.4, 2012, p.72; E.M.O.1, 2012, p.139; E.M.L.1, 2012, p. 91; E.M.N.2, 2012, p.74). Os resultados apontados pela avaliação

da família permitem comparar a proposta de promoção da saúde da escola e a sua pouca efetividade tanto em planejamento quanto nos resultados alcançados.

Por fim, o Tópico Norteador **Plano de Ação da Escola** contextualiza o planejamento e a adoção das ações que a escola desenvolve. Neste tópico as categorias pontuadas foram: **higiene, saúde e alimentação**.

A categoria **higiene** foi apresentada com 33,33%. Nesta abordagem, foram discutidas pelas escolas ações de conscientização sobre a importância dos hábitos de higiene. A escola E.M.S.3 (2012, p.88) falou sobre essa conscientização do espaço escolar bem como os “cuidados quanto à organização e à higiene do mesmo”. Não enfatizou, portanto, a importância de se trabalhar o tema higiene em propostas de atenção aos cuidados pessoais. Quando se analisa o contexto da palavra **saúde** neste tópico, que têm a ver com o objetivo do PPP, que é o planejamento da escola, as discussões são bastante superficiais e a frequência também cai para 19,60%.

Entre as sugestões de ações em saúde apresentadas pelos PPP está a de se trabalhar com os alunos as contradições que a sociedade impõe, como a exclusão por falta de moradia, por falta de saúde e por falta de emprego, instituindo o acesso à educação como o meio para diminuir as diferenças sociais, porém, sem dizer como. Um exemplo é o da escola E.M.N.3 (2012), que propôs trabalhar com programas da saúde da criança e do adolescente. Esses programas, segundo a escola, têm como objetivo “orientar as ações dos educandos sobre questões de saúde preventiva, realização de acompanhamento da saúde bucal e testes de acuidade visual, bem como proporcionar aos educandos e comunidade a oportunidade de assistirem palestras com profissionais da saúde” (E.M.N.3, 2012, p. 77). Mas não há registro de como esses programas serão realizados. Já a categoria **alimentação** teve representatividade de 4,54%. A escola E.M.N.3 (2012, p. 75), propõe programas de alimentação com o objetivo de “garantir aos alunos do ensino fundamental, a merenda escolar, bem como orientações sobre alimentação saudável, por meio de cultivo de alimentos orgânicos”.

Portanto, observa-se que os planos de ações e as estratégias em saúde são poucos definidos e não apresentam discussões consistentes pelas equipes pedagógicas das escolas. Esse tópico representa a dimensão real da falta de aplicação de propostas destinadas à promoção da saúde.

## Discussão

De maneira geral, ao se analisar a principal palavra-chave desta pesquisa, saúde, vê-se que, boa parte das 102 vezes em que ela aparece, surge como “direito social”. Esse direito social está misturado aos direitos à educação e à vida digna e devem ser garantidos a partir da participação da escola em associações civis, conselhos de escolares, conselhos tutelares, conselhos de saúde etc. A maior parte das ocorrências, 42,15%, ou seja, 43 vezes, foca a discussão sobre saúde dentro da Proposta Curricular, na disciplina de Ciências, sugerindo como tema o Corpo Humano e Saúde. Há projetos que apontam a questão da estrutura institucional, que deve atender às “práticas e normas de segurança”. E ainda há um grupo que, quando fala em saúde, propõe conteúdos a serem trabalhados a partir de ações de atividade física, como proporcionar oportunidades de alongamento e relaxamento.

Pouquíssimos PPP apontam particularidades que consideram problemas psíquicos e emocionais, apenas dois, na realidade, o que representa 1,96% do total de ocorrências da palavra. A escola E.M.N.2 (2012) sugere o estreitamento “da relação com os pais quando o tema é saúde, sugerindo o acompanhamento e análise socioeconômica e cultural das famílias que compõem a comunidade escolar e a inserção dos responsáveis”.

A escola E.M.O.1 (2012) pondera em seu projeto que é preciso envolver a família

no ambiente escolar, no processo de ensino e aprendizagem, “quanto à realização das tarefas de casa, comparecimento em reuniões ou em outras convocações, falta de compromisso quanto à frequência, a saúde dos filhos, principalmente, no que se refere aos problemas de hiperatividade”, conforme abordado no projeto pedagógico da escola E.M.O.I (2012, p.28). Por outro lado, há grupos que exigem a escola de responsabilidades. “Discordamos [...] nas questões que não fazem parte da função da escola e sim da área da saúde, pois o responsável em garantir o bem estar do filho é a família e não a Escola, cabendo sim [a esta última] a oferta de um ambiente prazeroso para a sistematização do saber”. Este trecho é parte do Projeto da Escola E.M.L.4 (2012, p.18). A superficialidade no tocante às discussões sobre os termos relacionados à promoção da saúde na escola se estende à apresentação das outras categorias. Higiene passa a ser uma questão institucional; esporte um tema que se relaciona com programas extracurriculares.

Diante dessa realidade, todas as instâncias - família, sociedade e escola - têm a responsabilidade de favorecer e fortalecer comportamentos que estimulem e promovam a saúde. Segundo Vasconcellos (2005, p. 179), um projeto bem elaborado “pode propiciar a formação dos sujeitos, na medida em que haja oportunidade para colocarem-se em comum, práticas que estão sendo realizadas, que possa haver reflexão crítica e coletiva sobre as ideias ali expressadas”. Portanto, a escola é um das instâncias onde as informações em saúde devem estar em constante discussão.

### **Considerações finais**

É importante destacar que se apresentou aqui uma breve discussão sobre as questões de saúde na escola. Utilizou-se parte dos dados que foram levantados para uma dissertação que visa discutir em profundidade como os PPP refletem a preocupação da comunidade em construir uma escola promotora da saúde. Sabe-se que outros fatores compõem o universo de condições que vão produzir o sujeito sadio. Estas questões passam pela renda, por exemplo, por outros aspectos. Mas, a frequência e o contexto que os Projetos Político-Pedagógicos apresentam a palavra saúde já denotam uma profunda deficiência no que diz respeito à questão na escola.

Sugere-se, então, que as autoridades de saúde cuidem mais da questão da promoção da saúde na escola, começando por fornecer modelos mais consistentes a serem seguidos pelos Projetos Político-Pedagógicos e exigindo mais comprometimento das equipes gestoras na produção deste documento e na descrição de ações efetivas em relação à saúde dos educandos. Enfim, os PPP precisam ir além das proposições gerais e apontar de forma mais significativa ações concretas que deem conta dos problemas atuais que envolvem a educação. Entre eles, sem dúvida, está a saúde.

### **Notas**

<sup>3</sup> O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas.

<sup>4</sup> O Programa Escola Aberta incentiva e apoia a abertura, nos finais de semana, de unidades escolares públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social.

<sup>5</sup> Concepção de: conhecimento, educação, homem, mundo, sociedade, cultura e infância e adolescência.

<sup>6</sup> Princípios da Gestão Democrática (articulação escola x comunidade e instâncias colegiadas).

<sup>7</sup> Concepção de avaliação.

## REFERÊNCIAS:

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1ª Edição. São Paulo, SP: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **As Cartas de Promoção da Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. *Ciência Hoje na Escola*. **Conversando sobre saúde com adolescentes**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Ciência Hoje, v. 13, 2007.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 1999.
- MACHADO, Paulo Henrique Battaglin. LEANDRO, José Augusto. MICHALISZYN, Mario Sergio. **Saúde Coletiva: um campo em construção**. Curitiba, PR: Ibpex, 2006.
- MAIA, Benjamin Perez. COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. **Os desafios e as superações na construção coletiva do projeto político-pedagógico**. Curitiba, PR: Ibpex, 2011.
- PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **E.M.N.I**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, PR, 2012.
- \_\_\_\_\_. **E.M.N.2**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, PR, 2012.
- \_\_\_\_\_. **E.M.N.3**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, PR, 2012.
- \_\_\_\_\_. **E.M.S.1**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, PR, 2012.
- \_\_\_\_\_. **E.M.S.2**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, PR, 2012.
- \_\_\_\_\_. **E.M.S.3**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, PR, 2012.
- \_\_\_\_\_. **E.M.L.1**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, PR, 2012.
- \_\_\_\_\_. **E.M.L.2**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, PR, 2012.
- \_\_\_\_\_. **E.M.L.3**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, PR, 2012.
- \_\_\_\_\_. **E.M.L.4**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, PR, 2012.
- \_\_\_\_\_. **E.M.O.1**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, PR, 2012.
- \_\_\_\_\_. **E.M.O.2**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, PR, 2012.
- \_\_\_\_\_. **E.M.O.3**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, PR, 2012.
- VALADÃO, Marina Marcos. **Saúde na escola: um campo em busca de espaço na agenda intersetorial**. Tese – Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2004.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político – Pedagógico: elementos metodológicos para a elaboração e realização**. 12ª São Paulo, SP: Libertad, 2005.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto Político – Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.
- VELHO, Ana Paula Machado. **Jornalismo como estratégia na Promoção da Saúde**. In: *Promoção da Saúde: um enfoque interdisciplinar*. Maringá: UniCesumar, PR, 2012, p. 147-162.

Recebido em: 29/06/2014

Aprovado para publicação em: 04/03/2015